

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

CARÁTER DA INDEPENDÊNCIA

(Euclides da Cunha)

Somos o único caso histórico de uma nacionalidade feita por uma teoria política. Vimos, de um salto, da homogeneidade da colônia para o regime constitucional; dos alvarás para as leis. E ao entrarmos de improviso na órbita dos nossos destinos, fizemo-lo com um único equilíbrio possível naquela quadra: o equilíbrio dinâmico entre a aspirações populares e as tradições dinásticas. Somente estas, mas tarde, permitiriam que entre os “exaltados”, utopistas avantajando-se demasiado para o futuro até entestarem com a República prematura, e os “reacionários” absolutistas em recuos excessivos para o passado, repontasse o influxo conservador dos “moderados”, ou liberais-monarquistas da Regência, o que equivalia à conciliação entre o Progresso e a Ordem, ainda não formulada em axioma pelo mais robusto pensador do século.

Destarte, a luta da Independência teve, no englobar de elementos destruidores e reconstrutores, o caráter positivo de uma revolução. E desenrolou-se com uma finalidade irresistível.

Mas o princípio foi esparso, dispartindo nos mesmos atos sem solidariedade, tão característicos da nossa história. As “Juntas Governativas”, que para logo se fundaram, constituíram-se em pequenos estados, e volviam ao aspecto exato dos tempos coloniais, numa espécie de decomposição espontânea. Algumas, como a de Pernambuco, ainda reassumindo a atitude batalhadora, tendo suplantado o elemento português na “Capitulação do Beberibe” (outubro de 1821), subtraíam-se do mesmo passo ao influxo dos governos do Rio e do Reino, revivendo o antigo

sonho da existência autônoma. Outras, as demais do norte, voltando a obedecer aos antigos dominadores, facilitaram o programa da recolonização.

Apenas quatro - Minas, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul - aceitaram desde logo o governo do príncipe, forrando-se igualmente à autonomia completa e à dependência colonial.

Nessa instabilidade de três situações contrapostas, é claro que o pensamento libertador, adstrito à contingência de captar o beneplácito preliminar dos agrupamentos de novos dissociados, tinha um destino duplo: confundiam-se, penetrando-se entrelaçados, o ideal da independência e da unidade nacional. Assim se traçou limpidamente, em que pese ao caráter de indeterminação que lhe davam três incógnitas envolvendo três soluções distintas, a equação fundamental de nossos destinos.

(Da Independência à República, em À margem da História: 237-238. Porto, Chardron, 1922)

*

AS MINORIAS RACIAIS NA DEMOCRACIA AMERICANA (Tocqueville)

Os homens espalhados no espaço americano não foram, como na Europa, outros tantos descendentes duma mesma família. Descobrem-se neles, à primeira vista, três raças naturalmente distintas, e quase poderia dizer inimigas. A educação, a lei, a origem, e até a forma exterior dos traços, levantaram entre eles uma barreira invencível; o destino juntou-os num mesmo solo, mas misturou-os, sem poder confundi-los, e cada um segue à parte o seu caminho.

Entre esses homens tão diversos, o primeiro que atrai os olhares, o primeiro em luz, em poder, em felicidade, é o homem branco, o europeu, o homem por excelência; abaixo dele aparecem o negro e o índio. Estas duas raças infelizes não têm de comum nem o nascimento,

nem a figura, nem a língua, nem os costumes; só as suas desgraças se assemelham. Ambas ocupam uma posição igualmente inferior no país que habitam; ambas sofrem os efeitos da tirania; e se as suas misérias são diferentes, podem todavia acusar os mesmos autores. Não se diria, ao ver o que se passa no mundo, que o europeu é para os homens das outras raças o que o próprio homem é para os animais? Fá-los servir para o seu uso, e, quando não pode domá-los, destrói-os...

O negro entra ao mesmo tempo na servidão e na vida. Que digo eu?, muitas vezes é comprado ainda no ventre da mãe, e começa, por assim dizer, a ser escravo antes de nascer... Se se torna livre, a independência parece-lhe muitas vezes então uma cadeia mais pesada do que a própria escravidão; pois, no decurso da sua existência, aprendeu a submeter-se a tudo, exceto à razão; e quando a razão se torna o seu único guia, ele não é capaz de reconhecer a sua voz. Assaltam-no mil necessidades novas, e faltam-lhe conhecimentos e a energia necessária para lhes resistir. As necessidades são senhores que é preciso combater, e ele não aprendeu senão a submeter-se e a obedecer. Chegou, portanto, a tal cúmulo de miséria, que a servidão o embrutece, e a liberdade lhe dá a morte.

Não é menor a influência exercida pela opressão sobre as raças índias, mas os efeitos são diferentes. Antes da chegada dos brancos ao Novo Mundo, os homens que habitavam a América do Norte viviam tranquilos nos bosques... Os europeus, depois de terem dispersado as tribos nos desertos longínquos, condenaram-nos a uma vida errante e vagabunda, cheia de inexprimíveis misérias... Contudo, os europeus não puderam transformar inteiramente o caráter dos índios, e, com o poder de destruí-los, nunca tiveram o de os civilizar e submeter.

O negro está colocado nos extremos limites da servidão; o índio nos extremos limites da liberdade. A escravidão não produz no primeiro efeitos mais funestos que a independência no segundo... O negro quereria confundir-se com o europeu, e não o pôde; o índio poderia até um certo ponto consegui-lo, mas desdenha tentá-lo. A servilidade de um entrega-o à escravidão, e o orgulho do outro à morte.

(Da Democracia na América, "apud" Gustavo de Freitas, *Novecentos textos de História*, III: 229-230. Lisboa, Plátano, 1976).